

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM UMA FAMÍLIA DE BRASILEIROS NIPODESCENDENTES

Isabella Mozzillo¹
Vinicius Borges de Almeida²

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de investigar aspectos sobre Bilinguismo e Políticas Linguísticas em uma família brasileira de nipodescendentes, tendo por base o aporte teórico sobre Bilinguismo (MOZZILLO, 2001; SPINASSÉ, 2006; PUPP SPINASSÉ e MOZZILLO, 2021) e Políticas Linguísticas (CALVET, 2007; RAJAGOPALAN, 2013; SPOLSKY, 2016). Os dados foram coletados através de entrevistas e a análise foi feita baseada nos pressupostos interpretativos de cunho qualitativo (ERICKSON, 1985; 1991). Os dados sugerem que eles adotaram a política de utilizar o português mesmo enquanto residissem no Japão. Conforme a classificação de Mozzillo (2001), todos são considerados bilíngues em diferentes níveis.

Palavras-chave: línguas em contato, bilinguismo, políticas linguísticas.

Introdução

Todo gesto político envolve decisões, tenham elas impacto em apenas um grupo de indivíduos (uma família, um bairro, uma comunidade) ou em toda uma nação através de diretrizes, decretos ou leis.

Em relação às Políticas Linguísticas, Rajagopalan (2013) evidencia que se trata de uma área multidisciplinar que, dado seu teor interpretativo, se assemelha à Sociologia,

¹ Doutora em Letras (PUCRS) e professora titular do Centro de Letras e Comunicação (UFPel) E-mail: isbellamozzillo@gmail.com.

² Licenciado em Letras – Português/Francês (UFPel) e Mestre no Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPel) – Linha de Pesquisa: Aquisição, Variação e Ensino com bolsa de Demanda Social – CAPES. E-mail: vinibalmeida@hotmail.com.

à Antropologia, à Política e aos Estudos Culturais e, às vezes, mais a elas do que à própria Linguística.

Spolsky (2016) defende que a palavra-chave quando se trata de Políticas Linguísticas é escolhas. O autor se utiliza do conceito de domínios linguísticos, identificando quem são os participantes em dado contexto, onde se localizam e quais são os tópicos de discussão. Nesse enquadramento, os usuários de uma língua optam, de maneira tácita ou explícita, por determinadas posturas, seja no nível lexical como também pragmático.

O presente artigo tem como objetivo analisar políticas linguísticas a partir de uma pesquisa com uma família de brasileiros descendentes de japoneses. Primeiramente, será elaborado um panorama do início da imigração japonesa no Brasil. Em seguida, serão abordados alguns conceitos relativos a Políticas Linguísticas, ao Bilinguismo e ao indivíduo bilíngue. Por fim, serão apresentados alguns trechos coletados nas entrevistas e suas respectivas conclusões.

É preciso sair da ilha para ver a ilha

A história do Brasil é marcada pelo intenso fluxo migratório desde o período colonial até meados do século XX, fato que determina a construção étnica, identitária e linguística do país. Se, antes da chegada dos primeiros europeus já havia neste território uma vasta diversidade de povos indígenas, muito mais diverso se tornou a partir do contato com os africanos trazidos para cá escravizados e com os imigrantes europeus e asiáticos.

Dessa forma, a imagem do Brasil como um enorme país monolíngue, dominado pelo português de forma tão “homogênea” em toda a sua extensão, não se sustenta. O Brasil aparece entre os países mais multilíngues, sendo faladas por volta de 330 línguas, entre as quais cerca de 274 indígenas e outras 56, línguas alóctones, trazidas com os imigrantes. (ALTENHOFEN; MORELLO et al., 2018, p. 240).

Em se tratando da imigração japonesa em direção ao Brasil, considera-se o ano de 1908 como o início oficial. (HANDA, 1987, p. 8). Vindo da cidade de Kobe, o navio Kasato Maru trazia 781 japoneses, dentre os quais expressiva parcela seria responsável pelo trabalho em lavouras de café. Essa migração foi motivada sobretudo por questões de

sobrevivência, já que no início do século XX o Japão passava por um período de escassez de alimentos e de ofertas de trabalho.

De acordo com Moriwaki e Nakata (2008), os *isseis*³ que aqui chegaram, frutos de uma educação baseada na “Lealdade ao Império e Amor à Pátria”, consideravam que permaneceriam no Brasil temporariamente. Assim, preferiam se organizar em colônias no interior e favoreciam os casamentos entre pessoas do mesmo agrupamento, onde utilizavam estritamente a língua japonesa.

Tais aspectos de isolamento não eram possíveis em todas as realidades em que os imigrantes se inseriram. Os autores acima relatam que o imigrante, não acostumado ao contato com outros povos de hábitos e culturas diferentes, conscientizou-se de sua condição de japonês somente ao se distanciar da sua terra natal. Essa situação de deslocamento reflete bem o título dessa seção, palavras de autoria de José Saramago (1998) em *O Conto da Ilha Desconhecida*: “É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós.” Para o caso do japonês, o “sair da ilha” pode ser visto metafórica e literalmente.

Conforme Morales (2009), a situação do imigrante japonês entre os anos de 1908 e 1915 poderia ser assim resumida: as condições de vida, infraestrutura e alimentação eram muito precárias; as diferenças linguísticas entre os *isseis* e os administradores das terras tornavam a comunicação um verdadeiro caos; a colheita do café era muito menor do que a que lhes havia sido prometida, uma vez que apenas as partes mais velhas e de menor qualidade do grão lhes eram fornecidas.

Sob tais condições, o sonho de vir ao Brasil para trabalhar temporariamente e, em pouco tempo, retornar rico ao Japão cada vez mais se distanciou da realidade. Por isso, uma parcela dos imigrantes começou a ressignificar essa mentalidade de trabalhador temporário e a se fixar em outras áreas rurais e também urbanas.

Ainda segundo a autora, foi a partir desse momento que se começou inclusive a pensar na educação dos *nisseis*. Havia fundamentalmente duas posturas: a que priorizava

³ *Issei* é o imigrante japonês e *nissei* é o filho de imigrantes japoneses nascido no Brasil, que tem, portanto, a nacionalidade brasileira. Esses nomes referem-se ao número da geração a que o indivíduo pertence. Eles são compostos pelos cardinais em japonês ligados ao ideograma 世, que representa, entre outras ideias, geração. Por isso, 一世 *issei* – primeira geração; 二世 *nissei* – segunda geração; 三世 *sansei* – terceira geração; 四世 *yonsei* – quarta geração; e assim por diante.

o Brasil (e deixava o Japão em segundo plano), optando-se pelo ensino regular do governo brasileiro em primeiro plano; e a que priorizava o Japão (e deixava o Brasil em segundo plano), ainda alicerçada no ideal do imigrante conservador de retornar, assim que possível, ao seu país natal.

Após ter apresentado esse panorama da imigração japonesa no Brasil, a próxima seção ilustrará algumas questões referentes às Políticas Linguísticas e suas relações com o bilinguismo no ambiente familiar, principalmente ligado a contextos de imigração.

Do Estado à família e da família ao indivíduo

Como definido por Calvet (2007), *política linguística* envolve um conjunto de escolhas, tácitas ou explícitas, referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento linguístico* refere-se à implementação na prática de uma política linguística previamente estabelecida. Ainda segundo o autor, quaisquer grupos podem organizar e estruturar uma política linguística – pode ser uma comunidade, um grupo ou uma família –, mas seria sobretudo o Estado o responsável de passar do estágio de planejar ao de pôr em prática tais escolhas (linguísticas).

Spolsky (2004 *apud* KING e LOGAN-TERRY, 2008), de forma ampla, compreende que

“o estudo de políticas linguísticas inclui análises de crenças linguísticas ou ideologias (o que as pessoas *acham* sobre a língua); práticas linguísticas (o que as pessoas *fazem* com a língua); e esforços para modificar ou influenciar essas práticas através de quaisquer tipos de intervenção, planejamento ou gerenciamento linguístico (o que as pessoas *tentam fazer* com a língua).” (KING e LOGAN-TERRY, 2008, p. 6, grifos das autoras)^{4,5}

Para ilustrar algumas políticas linguísticas no contexto brasileiro, Altenhofen (2013) elabora uma linha cronológica e, dentre as informações levantadas pelo autor, destacam-se:

1. A Política Pombalina (1757), que outorgava a soberania da língua portuguesa sobre quaisquer outras;

⁴ Texto original: “the study of language policy includes analysis of language beliefs or ideologies (what people *think* about language); language practices (what people *do* with language); and efforts to modify or influence those practices through any kind of language intervention, planning, or management (what people *try to do* to language).

⁵ Todas as traduções de citações apresentadas no presente artigo são de responsabilidade dos pesquisadores.

2. O início do período republicano (1889) marcado pelo ideal nacionalista monolíngue, o que impunha aos imigrantes o uso do português;
3. O período do governo Getúlio Vargas, anterior à Segunda Guerra Mundial, marcado por intensa repressão às línguas dos imigrantes alemães, italianos e japoneses;
4. O Decreto nº 7.387 de 09/12/2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a fim de documentar as línguas indígenas brasileiras e aquelas trazidas para o país através do fluxo de escravos africanos no período colonial e do processo migratório de europeus e asiáticos.

A título de ilustração, tem-se o relato de Pupp Spinassé (2008) da situação de imigrantes alemães diante das duras imposições do governo de Getúlio Vargas em 1937:

“As aulas nas escolas coloniais eram até então ministradas em alemão, mas, a partir da nacionalização, isso fica terminantemente proibido. Anos letivos são perdidos, já que os alunos não dominam o português a ponto de assistirem as aulas com os novos professores enviados pelo governo.” (PUPP SPINASSÉ, 2008, p. 132)

Os exemplos acima reforçam o que afirma Bagno (2001):

“É triste verificar que, no Brasil, todas as iniciativas de política linguística sempre foram marcadas pela desconsideração das reais necessidades do povo, quando não pelo autoritarismo nu e cru: entre nós, política linguística sempre foi equivalente de *repressão* linguística.” (BAGNO, 2001, p. 54, grifo do autor)

Sobre práticas e posturas em contextos familiares, Souza (2015) contribui com a discussão a partir de entrevistas com mulheres brasileiras residentes em Londres. A autora analisou algumas políticas linguísticas adotadas dentro do contexto familiar e percebeu que havia padrões diversos (uso exclusivo do português com os filhos, uso do português concomitante ao inglês, uso exclusivo do inglês) conforme as ideologias e concepções que as mães tinham sobre o bilinguismo. Na sua investigação, a pesquisadora repara que a ideia predominante no Reino Unido de se utilizar apenas a língua inglesa nesse território interfere diretamente na tomada de decisões de famílias imigrantes. Por fim, chega-se à conclusão de que a transmissão da língua portuguesa influencia no processo de consciência de maternidade e de construção de identidades híbridas. Porém, há aquelas que cedem às pressões sociais (“Fale inglês, você está no Reino Unido”), às

opiniões do marido (decisivas para dirimir ou permitir o bilinguismo) e a mitos envolvendo o bilinguismo infantil.

Esses mitos, como observa Mozzillo (2015), são equivocados e não apresentam base científica. Aqui estão alguns exemplos apontados pela autora: crianças devem aprender uma língua bem e só depois a outra; falar mais de um idioma em casa pode causar confusão mental na criança; ter que falar mais de uma língua na rua provoca sentimento de vergonha e exclusão; falar em outra língua é grosseiro porque quem não entende acredita que falam mal dele; quando o assunto é sério se deve falar a língua local.

Nesses casos, um conjunto de valores afetivos, socioculturais e identitários é deixado para trás em razão de uma política que promove o monolinguismo em casa e, assim, os indivíduos se separam de relações com os parentes que só falam a língua “abandonada” e de recursos simbólicos e culturais vinculados a esse idioma.

Flores (2017) também colabora para a discussão uma vez que seu foco de investigação é descrever a situação de algumas famílias de imigrantes portugueses na Alemanha. Em seu trabalho, a autora, se utilizando das palavras de Grosjean (1982), lembra que mais da metade da população mundial é bilíngue. Esse é um dado importante, sobretudo porque, ainda nos dias de hoje, há os que defendem a ideia de “um país, uma língua”. Por isso, os fluxos migratórios vão na contramão desse pensamento e, nalguns lugares, são malvistas e desencorajados, levando a casos de xenofobia. Porém, a realidade trazida nas famílias pesquisadas pela autora revela efeitos positivos: percebem benefícios no bilinguismo; encorajam o uso de duas ou mais línguas em casa; há escolas que oferecem atividades e que reúnem as famílias em comunidades maiores, fortalecendo vínculos entre elas. Através desses relatos, percebe-se que as ligações consolidadas têm grande importância nas suas políticas linguísticas, porque esses indivíduos ganham visibilidade no meio em que estão inseridos, veem utilidade e afetividade para e na língua dos ancestrais, e percebem os ganhos cognitivos trazidos pelo bilinguismo. Assim, os mitos de que “usar mais de uma língua em casa traz confusão às crianças” ou de que “o produto de seu processo de aquisição seria língua nenhuma” se mostram insustentáveis. A transmissão em casa é suficiente para consolidar a competência bilíngue em um indivíduo, que será aprimorada a partir do contato com materiais mais sofisticados, como literatura, músicas, jogos, narrativas populares, entre outros, nas duas línguas.

Em relação ao bilinguismo e ao indivíduo bilíngue, não há uma definição única para esses conceitos. Entretanto, para este trabalho, optou-se pela proposta feita por Mozzillo (2001), que considera o bilinguismo em sentido lato, isto é, o uso alternado de duas ou mais línguas por parte de um mesmo indivíduo. Esse conceito engloba um arcabouço muito diverso de falantes que têm características próprias e que se utilizam das línguas em situações específicas conforme sua competência nas habilidades de produção e de compreensão. Por isso, esse fenômeno é observado em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias e em todos os países, até naqueles em que se crê haver uma cultura monolíngue ou apenas uma língua considerada oficial.

A fim de compreender os indivíduos bilíngues, pode-se levar em conta um *continuum* que parte dos monolíngues até chegar aos equilíngues. Entre as duas extremidades, incluem-se

os aprendizes recentes de outra língua (bilíngues incipientes) assim como aqueles que apenas leem em outro sistema ou ainda os que, por razões de competência ou por razões de ordem estratégico-afetiva não querem ou não conseguem falar outra língua apesar de bem compreendê-la (bilíngues passivos ou receptivos).

São também bilíngues os falantes que desenvolvem todas as habilidades, com vários graus de domínio, em outra língua, e que, mesmo atingindo grande fluência e precisão, não passam por nativos ao serem julgados por quem o seja realmente.

Por fim, existem indivíduos equilíngues, pessoas que são reconhecidas por falantes nativos dos seus dois idiomas como pertencentes a ambos os grupos. Embora dificilmente sejam verdadeiramente equilibrados porque não se desempenham nas duas línguas nos mesmos contextos, impressionam por ter, do ponto de vista dos interlocutores, idêntico domínio das línguas, constituindo-se no que, classicamente, se denominava “bilíngues perfeitos”. (MOZZILLO, 2001, p. 291-292).

Sendo assim, essa seção procurou delinear uma base teórica a partir da qual serão consideradas as discussões dos trechos das entrevistas, cuja metodologia será explicitada na próxima parte.

A pesquisa

A presente investigação está baseada nos princípios da pesquisa qualitativa definidos em Erickson (1985). Ela não se propõe a estabelecer generalizações sobre os fatos, mas sim a notar atributos gerais do contexto com o propósito de caracterizar o que é particular do grupo escolhido. De maneira geral, tal tipo de pesquisa pode envolver ferramentas como a participação intensiva e a longo prazo no campo, exigindo registros

cuidadosos feitos em forma de notas, diários, entrevistas, gravações de áudio e de vídeos. Desses, apenas as entrevistas e as gravações de áudio foram utilizadas como fonte de dados, pois a convivência com os participantes foi limitada em razão das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19.

Além disso, outro fato particular das pesquisas qualitativas é que um olhar de estranhamento e de problematização seja percebido para aquilo que, ainda conforme Erickson (1985), parece invisível no dia-a-dia: as pequenas ocorrências do tempo são colocadas em evidência e, dessa forma, podem ser documentadas sistematicamente.

Para isso, optamos pelo questionário⁶ de Pupp Spinassé e Mozzillo (2021), pois sua pesquisa traz discussões interessantes sobre ideologias e crenças que motivam certas decisões familiares a fim de estimular o bilinguismo ou o monolinguismo. As autoras tinham por objetivo averiguar as práticas e escolhas linguísticas em famílias que usam mais de uma língua em casa, as que não o fazem, embora sejam compostas por membros bilíngues ou por membros que tenham originalmente línguas diferentes, além de famílias com uma única língua familiar, mas inseridas em ambiente onde outra(s) língua(s) seja(m) empregada(s).

A família é composta por cinco membros assim descritos:

O pai é *nissei* (pai e mãe japoneses), nasceu no Brasil e mudou-se para o Japão na adolescência para trabalhar. A mãe também nasceu no Brasil e é *sansei* mestiça⁷ (sua origem japonesa é apenas pelo lado da avó materna). Viveu no Japão alguns meses da infância, mas retornou ao Brasil, onde passou a maior parte da adolescência. No fim dos anos 1990, voltou ao Japão, onde conheceu o marido e com quem teve três filhos.

O casal decidiu vir ao Brasil para ter a filha mais velha, mas logo em seguida regressou ao Japão. Ela, atualmente com 20 anos, cresceu no Japão e lá estudou até o quarto ano. Durante esse período, nasceu o filho do meio, que, por sua vez, estudou até o segundo ano. Após isso, os quatro vieram ao Brasil, onde os filhos concluíram o ensino básico e onde nasceu a filha mais nova.

A tabela a seguir resume as informações dos participantes:

⁶ O referido questionário continha 37 perguntas e foi mobilizado pelas pesquisadoras em forma de entrevista ou enviado por e-mail para os possíveis participantes. Era composto por perguntas fechadas (respostas *sim* ou *não*) e por perguntas abertas, em que os informantes puderam refletir e explicar suas escolhas e motivações.

⁷ Em japonês, há o termo *ハーフ* (*haafu*), que designa o caso de ascendência mista, muitas vezes usado com conotações pejorativas.

	<i>Idade (em anos)</i>	<i>Grau de escolaridade</i>	<i>Geração</i>	<i>Local de nascimento</i>	<i>Identificação</i>
<i>Pai</i>	46	Superior Incompleto	<i>Nissei</i>	Brasil	P
<i>Mãe</i>	39	Médio Completo	<i>Sansei</i>	Brasil	M
<i>Filha mais velha</i>	20	Superior Incompleto	<i>Sansei</i>	Brasil	F1
<i>Filho do meio</i>	18	Superior Incompleto	<i>Sansei</i>	Japão	F2
<i>Filha mais nova</i>	12	Fundamental Incompleto	<i>Sansei</i>	Japão	F3

Para obter os dados, houve duas entrevistas, tendo sido a primeira delas presencialmente em 2019 com a mãe e os três filhos. Na época, o pai residia no Japão e, por isso, não pôde participar. Na segunda entrevista, realizada em 2021 com os cinco membros da família a partir de conferência em plataforma online, o pai, a mãe e a filha mais nova estavam morando no Japão enquanto a filha mais velha e o filho do meio, no Brasil.

A seguinte identificação será utilizada: E para o entrevistador; P para o pai; M para a mãe; F1 para a filha mais velha; F2 para o filho do meio; e F3 para a filha mais nova.

O corpus de análise restringe-se às duas entrevistas, que totalizaram 2h12m51s. Para a transcrição destas, empregamos o sistema ortográfico padrão, uma vez que não houve interesse específico em investigar elementos fonológicos e/ou morfológicos. As conclusões a respeito de decisões e práticas linguísticas dos falantes em questão resultaram de uma descrição e interpretação de vinhetas narrativas concretas de trechos das entrevistas, que são trazidas e comentadas na próxima seção.⁸

Análise dos trechos

1. Uso de *nihongo* e exclusão dos miscigenados

Os dois trechos a seguir dizem respeito às memórias de infância de M e sua família.⁹

⁸ Saliento que as discussões representam apenas uma parte das possibilidades de interpretação dos dados a partir do corpus analisado e das perspectivas teórico-metodológicas empregadas.

⁹ Alguns trechos já foram analisados em outra ocasião. (Ver ALMEIDA e MOZZILLO, 2020).

M: A colônia é um pouco longe. [...] Que lá, nossa, você vai lá e parece que tá no Japão mesmo lá. Muito japonês, muito, muito lá. Comida também tem bastante.

E: E entre eles, o que é que tu lembra?

M: Falam *nihongo* entre eles, falam *nihongo*.¹⁰

E: E eles costumam assim, casar com pessoas da colônia?

M: Eles costumam manter a tradição...

E: São bem fechados ao externo...

M: Sim, principalmente nessa colônia lá do interior... Tipo da minha mãe, é... da minha mãe... a minha vó, ela... o pai da minha mãe era brasileiro e a família da minha vó rejeitou ela, porque ela casou com um brasileiro. Então, quando a minha vó faleceu, a minha mãe e a minha tia foram pra um orfanato, porque a família... tio, irmão que tinha não quis... porque tinha mistura. Então, as minhas duas tias foram pro orfanato. Quando elas tavam maiorzinha, com 12 anos mais ou menos, esse tio foi pegar, mas pra ser empregada da casa dele, porque ele não considerava da família... que tinha mistura.

Esse relato de M ilustra as observações de Morales (2009) de que os imigrantes japoneses, por quererem manter sua cultura e o *nihongo*, preferiram se organizar em colônias rurais onde só houvesse relações entre eles. O contato e, logo, a miscigenação com os brasileiros eram passíveis de exclusão, preconceito, desprezo e violência. Consequentemente, esses acontecimentos apontam para traumas expressivos nesses indivíduos, e podem levar a atitudes de rejeição perante essas posturas (e, portanto, levar ao abandono da língua japonesa).

2. A vinda da avó japonesa e as línguas na casa

Após narrar esses fatos, ela volta um pouco na história para contar a vinda da avó japonesa para o Brasil:

M: Minha vó nasceu no Japão, ela veio no pós-guerra. Quando a Segunda Guerra acabou...

E: Ali pela década de 40?

¹⁰ *Nihongo* em japonês refere-se à língua japonesa. Escrevendo em ideogramas, tem-se: 日本語, que é a junção de 日本 (*nihon* – Japão) e 語 (*go* – sufixo de língua, idioma).

F1: Isso.

M: Aí ela veio num daqueles navios, minha vó. E meu pai é brasileiro.

E: Então tu és considerada o que a gente chama de *sansei*, é isso?

M: Isso, *sansei*. [...]

E: E na casa dos teus pais, [...] vocês só se comunicavam em português?

M: Sim, todo o tempo. Porque a minha vó faleceu, minha mãe era muito novinha, tinha 8 anos. Então, a gente não teve convívio com a parte da minha mãe.

E: E tu não sabes, assim, ela nunca te contou se com a mãe ela falava japonês, como é que era?

M: A minha vó falava português arrastado, ela lembra pouquinho... porque ela perdeu a minha vó muito novinha.

E: Então a tua mãe até aprendeu um pouquinho...

M: Mais entendia do que falava.

E: Entendi, perfeito. Então o teu contato com a língua japonesa foi mais...

M: Quando eu fui pro Japão, é... quando eu fui pequena, lá eu aprendi *hiragana*¹¹, *katakana*, um pouquinho do *kanji*, porque as duas vezes que eu fui, eu passei muito pouco. [...] Eu fui pra escola, mas fiquei da primeira vez nove, e na segunda vez oito meses. Então não foi o suficiente pra aprender.

Nesse trecho, também já comentado em Almeida e Mozzillo (2020), percebe-se que tal ambiente familiar era praticamente monolíngue em português, pois a avó japonesa, cuja forma de falar português é descrita como “arrastada” (provavelmente indicando um português aprendido em idade adulta), já havia falecido. Ela comenta que sua mãe mais compreendia do que falava, o que é considerado um bilinguismo apenas passivo conforme descrito por Mozzillo (2001).

Por outro lado, ela relata que seu contato com a língua japonesa se deu no momento em que sua família decide viajar para o Japão. É lá, ainda quando criança, que ela tem contato com a aprendizagem formal da língua e de seus sistemas de escrita.

¹¹ Há, na língua japonesa, estes três sistemas de escrita: ひらがな (*hiragana*), um conjunto de 46 caracteres utilizado para escrever quaisquer palavras nessa língua; カタカナ (*katakana*), que também tem 46 caracteres e é utilizado em palavras de origem estrangeira ou para dar ênfase a algum elemento da frase; e o 漢字 (*kanji*), que são os ideogramas, em sua grande maioria de origem chinesa, usados para escrever palavras pertencentes às classes lexicais.

Entretanto, por ter sido um breve período de tempo e por ter deixado de praticá-la, ela não a considera como língua materna.

3. A vinda dos pais de P ao Brasil e o bilinguismo familiar

Em relação ao contexto de criação de P, destaca-se o seguinte trecho:

E: E tu falou, P, que teus pais vieram por volta dos anos 1950, né? Eles chegaram a sofrer algum tipo de repressão, mesmo, por falar japonês? Ou por não falar português?

P: Olha... o meu pai, ele falava, assim, sabe? Ele foi pós-guerra. [...] Então, o governo japonês, na época, já tava há vários anos anteriores mandando os imigrantes japoneses pra fora, né? Não era só o Brasil; tinham outros lugares. [...] Então, quem quisesse sair, o governo japonês ajudava, ajudava... a fazer com que os imigrantes saíssem, dando terra pra eles trabalharem. E foi nessa que meu pai foi; [...] E chegando no Brasil, não foi fácil. Porque a terra que eles deram não era uma terra pronta pra se plantar.

[...]

E: E bom, os teus pais sendo japoneses, como é que era esse ambiente dentro de casa em relação à língua que vocês falavam?

P: A gente falava... eles falavam comigo, principalmente meus avós, eu lembro que eles sempre falavam em japonês, eles não conseguiram... falar o português. Falavam o português, mas totalmente errado, arrastado... pronúncia errada, mas era mais era japonês.

[...]

E: Então perguntando assim, a tua infância muito marcada então no contexto do lar falar japonês com teus pais, com teus avós, com a tua irmã também, imagino?

P: Sim. Só que entra nesse detalhe, porque eles falavam com a gente em japonês, só que a gente tinha que estudar na escola brasileira. Então, a gente falava o português, mas sempre a gente escutava. Mas agora responder, a gente respondia em português.

O relato de P sobre a vida dos antepassados confirma a situação difícil do imigrante japonês ao se deparar com uma realidade diferente à que lhe tinha sido prometida. Sobre a língua em casa, vê-se que predominava o japonês, já que seus pais e avós falavam um português “totalmente errado... arrastado”, deixando a entender que se tratava, assim como relatado por sua esposa, de uma variedade da língua falada por

estrangeiros sem instrução. Entretanto, para ele e sua irmã eram exigidas respostas em português, pois a família acreditava que, uma vez que eles estavam no Brasil e seguiriam a formação regular na escola brasileira, seria necessário usar o português na maior parte do tempo, inclusive em casa. Tal fato levaria, em hipótese, a um bilinguismo passivo, pois as habilidades de produção não seriam desenvolvidas. Conforme visto nos exemplos de Flores (2017), o uso cotidiano em casa e o comando de responder em determinada língua seriam suficientes para ativar a habilidade de produção oral bilíngue em um indivíduo.

4. O nascimento de F1 e a decisão de usar o português no Japão

Na primeira entrevista, quando questionados sobre as decisões relacionadas ao uso das línguas em casa, houve os seguintes comentários:

E: [...] Mas como tu, enfim, muito criança lá, na escola lá... em casa, que língua vocês falavam entre vocês?

F1: Japonês com P...

M: E português, porque o nosso medo era deles esquecerem a língua. [...]

E: E isso sempre foi assim? Nunca o P disse “Fala português comigo” ou alguma coisa do tipo?

F1: Não, era natural...

M: É que meu marido, por mais que tenha nascido no Brasil, os pais, vó, vó, tudo sendo japonês, ele foi criado nesse ambiente. [...] Eu que falava: “Não, como é em português?” A minha família toda só fala português, então meu maior medo é eles virem e não falar com a minha família.

E: Claro, tu cortar esse vínculo com os avós.

M: Porque com a família dele tava tudo tranquilo... todos falam *nihongo*, agora na minha, não. Então, ele respondia em japonês, às vezes ele respondia em português.

E: [...] Então, quer dizer, tu exigia que ela te respondesse em português?

M: E falasse comigo em português... é, ela numa boa. Ela tinha... já quando ela tava ficando grandinha, era automático... respondia em japonês e eu “Como é mesmo em português?” Daí ela falava em português. F2 entendia tudo o que eu falava, mas responder... ele só queria responder em japonês.

E: E aí tu não exigia?

M: E eu “Como é, F2? Como é em português?” E ele ficava assim, pensando... aí ela falava pra ele e eu “Não fala, F1... deixa ele falar.” Aí ele demorava, mas respondia.

E: Que interessante. E o P, ele não dizia nada? No sentido de... qual era a opinião dele em relação a esse bilinguismo dentro de casa?

F1: Ele nunca se manifestou ser contra... ele era neutro...

E: Não era nem uma coisa boa nem ruim... era neutro...

F1: Aham.

Nessa passagem, há o relato das diferenças em relação ao uso do português e do japonês dentro de casa quando a família residia no Japão. M exigia que o português fosse usado, a fim de que seus filhos não perdessem o vínculo com os avós no Brasil. F1 já reparava desde cedo a existência de dois códigos no ambiente familiar e as dificuldades de seu irmão F2 em responder em português; ele, por sua vez, embora também nativo das duas línguas, costumava apenas utilizar a língua dominante do lugar, ou seja, o japonês. Inclusive, M considera que a competência bilíngue de F1 denota maior inteligência em comparação com F2, embora tal fato seja um mito associado ao bilinguismo infantil descrito por Mozzillo (2015).

Outro ponto que merece destaque é o fato de elas considerarem neutra a postura de P, isto é, ele não se mostrava nem a favor nem contra o bilinguismo familiar; M foi, portanto, a que impulsionou esse processo com seus filhos.

Já na segunda entrevista, com a presença de P, houve o seguinte relato:

E: Eu lembro que a M me contou um pouco de como que era o contato das duas línguas dentro de casa. [...] Mas, agora aproveitando que tu estás aqui conosco, como foi isso pra ti? Como tu encarava o uso do português e do japonês em casa?

P: Em casa, assim, dentro de casa, desde o início, sempre quis falar o português, a gente estando no Japão. Pelo fato de, lá fora, já utilizar bastante o japonês. Então, desde o início, desde a época da F1, já era desse jeito. Então, hoje a gente vai manter e eu não pretendo mudar. Se a gente acaba utilizando só uma língua, a gente acaba esquecendo a outra. Então a gente tava perdendo. E, na verdade, a gente tem que acrescentar, né?

E: Entendi. M, quando tu engravidou da F1, vocês, enquanto casal, conversaram desse assunto? Foi alguma coisa explícita ou foi acontecendo?

M: É... foi acontecendo, né? Ou a gente chegou a conversar?

P: Eu cheguei a falar pra você. (risos)

M: É, foi... falou. Já faz muito tempo, né? Eu não lembro mais. Mas então foi, né? Conversado.

A partir do que foi exposto, vê-se que P considera o bilinguismo algo positivo para a família. Ele compreende que, por estarem no Japão, inevitavelmente os filhos teriam contato com o japonês e, a fim de que não houvesse o apagamento do português, esta seria a língua escolhida para as interações dentro de casa. Além disso, essa decisão foi tomada de maneira explícita, embora isso tenha ficado mais perceptível para P do que para M.

5. A perspectiva de F2 e seu interesse em voltar a estudar japonês

Em seguida, o trecho que se pretende analisar é o dos comentários de F2 sobre sua infância e a dinâmica do uso das duas línguas em casa. Ao final, ele também relata seu interesse em voltar a estudar o japonês, porque, aqui no Brasil, ele não utiliza mais essa língua para se comunicar:

E: [...] eu queria te perguntar assim: quando tu era pequeno, havia mais de uma língua na tua casa? Como é que funcionava isso?

F2: Tinha o português... de vez em quando a gente falava, mas quando eu era pequeno a gente falava mais japonês. [...]

E: E com quem? Com P e M? Com a F1?

F2: Era mais português, no caso, com M... e de vez em quando com as amigas dela que eram brasileiras...

E: E com o teu P? Japonês?

F2: É... Eu até preferia mais, porque como eu tinha mais contato com japoneses, né... [...]

E: Entendi. E tu considera tanto o português quanto o japonês são hoje tuas línguas maternas?

F2: São, são. Só que japonês, quando eu vim pro Brasil, como eu já te disse, eu não sabia português... então eu foquei muito no português, eu não pratiquei muito o japonês... eu travo quando falo (japonês), mas entendo 100%.

[...]

E: [...] ia um professor na casa de vocês, M não entendia, e F1 ficava traduzindo pro professor também...

F2: Tanto quando a gente veio pra cá (Brasil), às vezes eu falava e um monte de gente não entendia, então F1 traduzia.

E: E como é que tu te sentia em relação a isso?

F2: Tinha vezes que eu ficava bem frustrado, porque eu tentava falar... me comunicar, né? E aí ninguém entendia e eu ficava bem irritado.

[...]

E: Entendi. [...] E hoje, tu não tem mais interesse em estudar japonês?

F2: Não, tenho! Tenho bastante... porque eu, como eu posso dizer, pronunciar eu consigo... só não consigo... na verdade, me trava quando eu respondo... eu preciso pensar muito antes... às vezes, eu preciso traduzir de português pra japonês... acabei deixando de pensar em japonês. Eu acho legal eu dominar a minha língua materna...

É interessante destacar que as contribuições de Grosjean (1982) são capazes de dialogar com os comentários de F2. O autor revela que as crianças têm grande capacidade de se tornarem bilíngues ou plurilíngues, sejam por fatores sociais ou pessoais, planejados ou não. Ele traz o exemplo de uma criança que, fora de casa, falava sua língua (idioma nacional de países como Tanzânia, Quênia e Moçambique), mas dentro de casa comunicava-se em inglês com a irmã mais velha, em português com a irmã mais nova e em francês com os pais. Tal comportamento plurilíngue, em geral, ocorre quando a criança percebe que teria de adquirir a(s) língua(s) da(s) pessoa(s) com quem ela desejava interagir. Na idade adulta, essa criança permaneceu utilizando apenas duas das línguas: o inglês e o francês, esta última passando a ser usada em momentos de interação com a irmã mais nova. Sobre isso, o autor ressalta:

Portanto, o bilinguismo na infância usualmente ocorre em razão da necessidade para se comunicar com as pessoas que são importantes na vida da criança – pais, irmãos, outros membros da família, colegas e professores, enquanto esses fatores permanecerem importantes para a criança, ela continuará bilíngue; quando eles não são mais importantes ou são removidos, a criança naturalmente tenderá ao monolinguismo. (GROSJEAN, 1982, p. 179).¹²

¹²Texto original: “In conclusion, bilingualism in childhood usually occurs because of the need to communicate with those who play an important role in child’s life—parents, siblings, other family members, peers, and teachers. As long as these factors are important to the child, he or she will remain bilingual;

O caso de F2 exemplifica as descrições acima: enquanto estava no Japão, o japonês fazia parte de seu cotidiano e, portanto, era uma língua de que ele tinha necessidade para interagir. Estabelecendo-se no Brasil, longe dessa realidade, paulatinamente apenas o português passou a ser usado por ele, relegando o japonês a um estado latente, embora considere-a uma de suas línguas maternas.

6. O investimento em F3 e os primeiros contatos na escola no Japão

O trecho a ser apresentado, coletado durante a primeira entrevista, refere-se ao desejo de M de voltar para o Japão:

M: E eu tô mexendo a papelada pra voltar com a pequena, porque não dá pra ficar separada... e eu quero que ela tenha a experiência que os dois mais velhos tiveram. F1 estudou até o quarto ano no Japão e F2 até o segundo ano. Ela (F3) ainda não viveu isso, eu quero muito que ela aprenda uma segunda língua, a nossa cultura. [...] E P, quando veio ano passado, trouxe bastante coisa pra ela...

E: Que legal! Livros, coisas do tipo...

M: É, isso... e comida!

É possível reparar que M está motivada a retornar ao Japão por duas razões principais: voltar a viver perto de P e também fazer com que F3 tenha a mesma experiência linguística, social e cultural que os dois irmãos mais velhos tiveram. Conforme o discurso de M, são aspectos centrais no investimento da criação de F3.

O próximo e último trecho a ser comentado foi retirado da segunda entrevista e relata algumas situações da vida de F3 após a mudança para o Japão e a adaptação na escola japonesa:

E: F3, me conta um pouco da tua experiência no colégio. Como é que foi começar a estudar na escola japonesa...

F3: Foi bom.

M: Como foi a recepção...

F3: Ah, tá...

when they lose their importance or are removed altogether, the child will just as naturally revert to monolingualism.”

E: Começar a aprender os *kanjis*, os colegas... [...]

F3: Ah, *kanji*... eu aprendi do primeiro e do segundo ano, e agora eu tô aprendendo do terceiro. É bem difícil... mas eu tô tentando. E... meus colegas? Hm... A maioria me trata muito bem. Tem alguns que me tratam como se fosse burra, mas... eu não tenho muita paciência pra isso, então... é.

E: E os professores?

F3: Ah, os professores... me trataram muito bem. Eles me ajudaram muito também. Agora o do sexto ano tá me ajudando bastante no japonês. Então tá sendo muito bom.

Diante do que foi exposto, percebe-se que F3 tem tido experiências positivas na escola, principalmente com os professores. Ela, que já está no sexto ano, ainda está aprendendo os ideogramas mais básicos e, talvez por isso, os colegas a considerem “burra”, fato que não a incomoda.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se investigar políticas linguísticas de uma família brasileira de nipodescendentes através de teorias de Bilinguismo e Políticas Linguísticas, utilizando-se ferramentas de análise de cunho interpretativo e qualitativo.

A partir dos relatos, conclui-se que M adquiriu apenas uma pequena capacidade de compreensão oral do japonês em casa (bilinguismo passivo) e incipientemente as habilidades de produção (oral e escrita) e compreensão escrita (*hiragana*, *katakana* e poucos *kanjis*) enquanto esteve no Japão. Retornar ao Brasil fez com que ela tivesse pouco contato com a língua, o que levou a uma menor necessidade de usar suas competências de produção. Por sua vez, P teve um ambiente familiar em que se utilizava majoritariamente o japonês, embora os pais lhe exigissem a produção em português.

F1, a filha mais velha, é equilíngue, desempenha-se como nativa em português e em japonês. As falas de F2 mostram seu interesse pelo japonês, mesmo sem ser equilíngue como F1 na competência de produção oral. Considera o japonês uma de suas línguas, pois faz parte de sua identidade e a de seus ancestrais. Por fim, F3 passou parte da infância no Brasil sempre usando o português e, agora no Japão, está integrada no sistema de ensino e na sociedade japonesa, o que lhe permitirá, provavelmente, que se torne uma equilíngue como F1.

Portanto, foi possível perceber uma atitude positiva com o espaço do português e japonês no ambiente familiar, tendo em vista a forte ligação mantida com o Japão e com o Brasil. A partir de um planejamento linguístico, eles colocaram em prática a política explícita (a conversa antes de F1 nascer) de utilizar o português mesmo enquanto residissem no Japão. Os dados indicaram um percurso linguístico bem diverso na família, mas vemos que todos eles são bilíngues em diferentes níveis.

Buscou-se contribuir para os estudos sobre Bilinguismo e Políticas Linguísticas Familiares. Ainda há outras investigações possíveis como, por exemplo, em que níveis e por que motivações ocorre o *code-switching* no ambiente dessa família, quais são suas relações com outras famílias brasileiras no Japão e se há diferenças entre o português falado em casa e com outros brasileiros no Japão.

Referências

ALMEIDA, Vinicius Borges de; MOZZILLO, Isabella. Ideologias, políticas familiares e bilinguismo: estudo de caso de uma família de descendentes de japoneses em Pelotas, Rio Grande do Sul. *Hon No Mushi - Estudos Multidisciplinares Japoneses - Coletânea em Linguística Japonesa*, Manaus, v. 5, p. 103-117, 2020.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, Madri, v. 2, n. 1, p. 83-93, 2004.

_____. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. S.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. R. (orgs.) *Política e políticas linguísticas*. Campinas, Pontes Editores, 2013, p. 93-116.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. MORELLO, Rosângela; BERGMANN, Gerônimo L.; GODOI, Tamissa G.; HABEL, Jussara M.; KOHL, Sofia F.; PREDIGER, Angélica; SCHMITT, Gabriel; SEIFFERT, Ana Paula; SOUZA, Luana C.; WINCKELMANN, Ana C. *Hunsrückisch: inventário de uma língua do Brasil*. Florianópolis: Garapuvu, 2018.

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto. *Estrangeirismos*. São Paulo: Parábola, 2001, p. 49-83.

CALVET, Louis-Jean. Nas origens da política linguística. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

FLORES, Cristina. Bilinguismo infantil. Um legado valioso do fenômeno migratório. *Diacrítica*. Volume Temático sobre Imigração, refugiados e as humanidades: abordagens críticas para novos desafios, Braga, n. 31, v. 3, p. 237-250, 2017.

GROSJEAN, François. *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Massachusetts. Harvard University, 1982.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: Histórias de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

KING, Kendall; LOGAN-TERRY, Aubrey. Additive bilingualism through family language policy: strategies, identities & intercultural outcomes. *Calidoscópico*, v. 6, n. 1, jan/abr. 2008.

MORALES, Leiko Matsubara. *Cem anos de imigração japonesa no Brasil: o japonês como ensino de língua estrangeira*. 2008. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).

MORIWAKI, Reishi; NAKATA, Michiyo. *História do ensino da língua japonesa no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MOZZILLO, Isabella. A conversação bilíngüe dentro e fora da sala de aula de língua estrangeira. In: HAMMES, W.; VETROMILLE-CASTRO, R. (orgs.) *Transformando a sala de aula, transformando o mundo: ensino e pesquisa em língua estrangeira*. Pelotas: Educat, 2001, p. 287-324.

_____. Algumas considerações sobre o bilinguismo infantil. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 147-157, 2015.

PUPP SPINASSÉ, Karen; MOZZILLO, Isabella. Famílias em situação plurilíngue: ideologias linguísticas. *Gragoatá*, v. 26, n. 54, p. 294-325, jan.-abr. 2021.

PUPP SPINASSÉ, Karen. Os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil: a língua como fator identitário e inclusivo. *Revista Conexão Letras*. Porto Alegre: PPG-Letras, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 125-140, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que é que se trata afinal? *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

SARAMAGO, José. *O Conto da Ilha Desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. *ReVEL*, v. 14, n. 26, p. 32-44, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

SOUZA, Ana. Motherhood in migration: A focus on family language planning. *Women's Studies International Forum* 52, p. 92–98, 2015.

LANGUAGE POLICIES IN A BRAZILIAN NIPODESCENDANT FAMILY

ABSTRACT

This work aims to investigate aspects about Bilingualism and Linguistic Policies in a Brazilian family of Japanese descendants, based on the theoretical contribution on Bilingualism (MOZZILLO, 2001; SPINASSÉ, 2006; PUPP SPINASSÉ and MOZZILLO, 2021) and Linguistic Policies (CALVET, 2007; RAJAGOPALAN, 2013; SPOLSKY, 2016). Data were collected through interviews and the analysis was based on qualitative interpretative assumptions (ERICKSON, 1985; 1991). The data suggest that they adopted the policy of using Portuguese even while residing in Japan. According to Mozzillo (2001) classification, all are considered bilingual at different levels.

Keywords: language contact, bilingualism, language policies.

Recebido em 28/08/2021.

Aprovado em 15/10/2021.